

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.005 - GO (2019/0344353-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ANTÃO PEREIRA VALVERDE
ADVOGADO : BRUNO CARVALHO MACHADO - GO021755
RECORRIDO : BANCO ITAU VEICULOS S.A.
OUTRO NOME : BANCO FIAT S/A
ADVOGADOS : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - GO030436
GILBERTO BORGES DA SILVA - GO037007A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO VEDAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de reparação por danos materiais e morais em fase de cumprimento de sentença.
2. É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 537 do CPC/15, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva. Precedentes do STJ.
3. A jurisprudência desta Casa é iterativa no sentido de que a decisão que comina a multa não preclui nem faz coisa julgada material. Assim, é possível a modificação do valor dessa sanção até mesmo de ofício, a qualquer tempo, inclusive na fase de execução, quando irrisório ou exorbitante.
4. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial.
6. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ANTÃO PEREIRA VALVERDE, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 13/11/2019

Processo distribuído ao gabinete em: 20/11/2019

Cumprimento de sentença: manejado pelo recorrente, em face do BANCO FIAT S/A, nos autos da ação de reparação por danos morais e materiais, no qual requer o pagamento do valor devido a título de astreintes.

Acórdão: deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo

recorrido, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO REDUÇÃO "ASTREINTE" VENCIDA. VALOR ELEVADO. INCIDÊNCIA ART. 537 § 1º DO CPC/2015.

1. A parte que descumpre determinação judicial sujeita a cominação de multa diária, sendo possível que, mesmo na fase de cumprimento de sentença, o valor total da astreintes seja reduzida ou limitada.

2. O juiz pode, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva - inteligência do § 1º, I, do artigo 537 do Código de Processo Civil. Princípio da proibição do enriquecimento sem causa e da proporcionalidade.

3. In casu, a excessiva onerosidade da multa cominatória sob execução autoriza a intervenção judicial para compatibilizar o seu montante ao escopo do instituto (fator de coerção), sem desvirtuá-lo, com fins nos critérios da equidade, razoabilidade e proporcionalidade.

4. Apelação cível conhecida e provida (e-STJ fl. 976).

Embargos de declaração: interpostos pelo recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 1017/1026).

Recurso especial: o recorrente alega violação do art. 537, § 1º, do CPC/15, defendendo que, a partir da vigência do CPC/15, não é possível a alteração da multa vencida, somente sendo possível alterar a multa cominatória vincenda.

Relatado o processo, decide-se.

- Julgamento: CPC/15

- Da Súmula 568/STJ

É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a decisão que comina a multa não preclui nem faz coisa julgada material. Assim, é possível a modificação do valor dessa sanção até mesmo de ofício, a qualquer tempo, inclusive na fase de execução, quando irrisório ou exorbitante. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1221517/PR, 4ª Turma, DJe de 10/10/2018; AgInt no AREsp 1185895/PR, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018; e AgInt no AREsp 1354776/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese, o Tribunal de origem, em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte, entendeu que a multa cominatória teria atingido quantia vultosa e reduziu o valor da multa de R\$ 432.662,73 (quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos) e a reduziu para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Confira-se:

No caso em debate a excessiva onerosidade do montante consolidado das "astreintes", observado o período total de inadimplemento noticiado - cujo valor alcançou a quantia de R\$ 432.662,73 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos)- autoriza a intervenção judicial para compatibilizá-lo ao escopo do instituto (fator de coerção), sem desvirtuá-lo, valendo-se o julgador do critério da equidade para operar dita redução, com o fito de impedir o enriquecimento injustificado da parte exequente/apelada, sabido que tal constitui princípio geral de direito.

Nesse contexto, entendo que o valor das "astreintes", se revela absolutamente excessivo e desproporcional.

E isso porque excede em muito o valor da obrigação principal (valor de R\$ 34.659,10 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

Assim, sopesando os vetores proporcionalidade, razoabilidade e equidade e ainda em observância à limitação da multa que sempre aplico em outros julgados, pertinente a redução do montante global da multa cominatória ("astreintes") sob execução, para o valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) (e-STJ fl.s 972/973).

E, na espécie, tem-se que alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à diminuição da astreintes, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgInt no AREsp 887.146/RJ, TERCEIRA TURMA, DJe 18/04/2017 e AgInt no REsp 1396065/PE, QUARTA TURMA, DJe 15/02/2017)

Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Registre-se, por fim, que o recorrente afirma não ser possível a redução do valor da multa vencida, nos termos do §1º do art. 537 do CPC, uma vez que tal dispositivo dispõe apenas acerca da alteração de ofício do valor da multa vincenda. Acontece, que enquanto houver discussão acerca do montante a ser pago

Superior Tribunal de Justiça

a título da multa cominatória, não há que falar em multa vencida.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial para NEGAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois não fixados na origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora